



QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O EFEITO DE PROJETOS DE LEIS CONTRA A TEMÁTICA NO ESPAÇO ESCOLAR

Thamires Luana Cordeiro, Universidade Federal de Santa Maria.
(thamiresluanac@gmail.com)

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado por uma acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul e teve como objetivo analisar a importância de abordar questões de gênero e sexualidade no currículo escolar e os efeitos de projetos de leis que tem como objetivo proibir essas temáticas no ambiente escolar. A atividade foi desenvolvida com uma turma de 2º ano do Curso Normal de nível Médio de uma escola pública, para tanto foi realizada uma roda de conversas e a aplicação de um questionário com uma pergunta a ser respondida de maneira dissertativa. Sabemos que durante a história da humanidade sempre houve um gênero dominante e que o reflexo disso é uma sociedade marcada por desigualdades. A partir das respostas obtidas ficou evidente a necessidade do currículo escolar abordar questões de gênero e sexualidade em sala de aula para promover um futuro mais justo e igualitário e que projetos de leis com a intenção de proibir essas temáticas em sala de aula são pontos de retrocesso, desrespeito e desigualdade social.

A escola é um ambiente bastante oportuno para construir e desconstruir conceitos, tendo a consciência de que dentro da sala de aula existe uma pluralidade cultural e realidades distintas que devem ser compreendidas, respeitadas e incluídas. Um ponto que sinaliza atenção são os críticos a questões de gênero e sexualidade no currículo por interpretações errôneas e tendenciosas do que realmente pode ser trabalhado dentro do contexto escolar a partir da temática. Questões de gênero e sexualidade no currículo permitem aos profissionais da área da educação a promover uma conjuntura de debates como algumas pautas citadas na sequência: Colaborar na formação de sujeitos que saibam respeitar mulheres e homens da mesma maneira, sinalizar fatores que reforçam a desigualdade de gênero, respeitar as pluralidades de identidades e configurações de famílias que existem na sociedade, combater a homofobia, lesbofobia, transfobia e a violência contra a mulher. (Existem casos reais onde crianças e adolescentes relataram em sala de aula casos de violência contra mulher nos diversos aspectos: físicos, morais, sexuais e psicológicos). Mostrar de maneira didática para crianças que ninguém pode tocar na boca e nas partes íntimas dos seus corpos, com a finalidade de combater o abuso sexual infantil. (Há casos reais de crianças que relataram em sala de aula casos de abuso sexual dentro de casa realizados pelos seus próprios familiares e também em outros contextos) e promover espaços para ouvir meninas e meninos sobre corpo, gênero e sexualidade, porque muitas vezes em casa a família não possibilita esse espaço/suporte e perguntas permanecem sem respostas. O esclarecimento das dúvidas dos meninos e das meninas mostra-se fundamental para respeito a si, aos outros e à coletividade.

A escola pode assumir papel de extrema importância no ensino desta temática, onde os/ as adolescentes podem desconstruir e construir o conhecimento (BRASIL, 1998). Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, os professores precisam mostrar aos alunos que estão disponíveis para conversar sobre os



diferentes temas e que esclareçam as questões de forma direta. O esclarecimento de dúvidas do aluno mostra-se fundamental para o bem-estar e tranquilidade do mesmo, além de aumentar a consciência sobre seu próprio corpo e sua autoestima, possibilitando melhores condições para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual. É importante que a escola possa problematizar e debater tabus, preconceitos, crenças e diferentes atitudes da sociedade, procurando sempre o maior distanciamento possível das opiniões e aspectos pessoais da equipe pedagógica. Ainda segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), o educador tem o papel de problematizador e orientador do debate para permitir que os/as adolescentes reflitam e tomem decisões sobre sua sexualidade, conforme seus valores e dentro de uma sociedade que aceita a diversidade.

Segundo Paraíso 2016, O slogan “ideologia de gênero”, defendido por vários grupos reacionários e transformado em vários Projetos de Lei (PL) aqui no Brasil atual, tem pretensões claras de controlar o currículo, os materiais pedagógicos e o/a professor/a. Trata-se de um rótulo dogmático que se tornou premissa para um ódio declarado às lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres. Trata-se de um slogan que acusa as discussões críticas e pós-estruturalistas sobre gênero e sexualidade – que operam com a premissa de construção social, histórica e cultural dos gêneros e das sexualidades – de não científicas e de serem contrárias à “família”, e, por isso, coloca em ação inúmeras estratégias para impedir a sua discussão na escola. Trata-se de rótulo dogmático que veicula um ódio declarado, também, aos movimentos feministas contemporâneos e aos direitos de todas as pessoas que não identificam seus desejos com os desejos dos heterossexuais. O slogan “ideologia de gênero” difunde um discurso que, entre outras coisas: a) ataca frontalmente os feminismos, os estudos de gênero e as teorias queer; b) considera que gênero é uma ideologia; c) divulga que gênero não é científico; d) dissemina que gênero é uma ideologia contrária aos interesses da família; e) que gênero e sexualidade não podem ser ensinados na escola; f) que quem falar sobre gênero e sexualidade na escola deve ser processado e punido. Exatamente porque suas pretensões são ambiciosas, esse slogan tem marcado presença em diferentes espaços: nas falas de políticos e religiosos reacionários, nas redes sociais, nas diferentes mídias, nos espaços de formação de professores/as, nas escolas, nas igrejas, nos Projetos de Lei apresentados no Congresso Nacional, no Senado Brasileiro, nas Câmaras de Deputados de vários Estados e de vereadores de diferentes municípios etc (PARAÍSO, 2016).

Precisamos nos informar e sensibilizar a sociedade de maneira geral a pensar e a repensar sobre as Questões de Gênero e Sexualidade nos espaços escolares. Precisamos juntas e juntos construir caminhos para uma sociedade mais justa e democrática para todos e todas. A palavra pessoa deve ser tratada no sentido humano e não com seletividade. Independe do gênero ou a sexualidade de alguém, vidas importam e merecem respeito. Precisamos informar, nos informar e desconstruir e construir uma visão correta sobre essas temáticas que envolvem a dignidade da pessoa humana.

2. CONTEXTO E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES



A atividade foi desenvolvida no primeiro semestre do ano letivo de 2018, com estudantes do 2º ano do curso Normal de nível médio de uma escola pública, do município de Santo Ângelo-RS. A turma era formada por 18 alunas (sexo feminino) com a faixa etária entre 17 e 22 anos.

A metodologia foi desenvolvida em um processo construtivo com base em literaturas relacionadas a gênero e sexualidade na educação e nas pautas do movimento feminista. Para resguardar o sigilo e anonimato das participantes, estas foram identificadas da seguinte maneira: Aluna 1 (A1), Aluna (A2) e, consequentemente, seguindo o termo Aluna e a ordem numérica.

O objetivo principal foi sistematizar a importância de se trabalhar a temática em sala de aula e verificar o efeito de leis para proibir essas questões no currículo escolar. Buscando verificar a necessidade de uma formação docente voltada para as questões de gênero e sexualidade, foi realizada uma roda de conversa, em um primeiro momento, para abordar a importância de se trabalhar questões de gênero e sexualidade na educação e na formação inicial de professores. Em seguida foi aplicado um questionário com 5 (cinco) perguntas para ser respondida de maneira dissertativa referente a temática debatida em sala de aula, mas o presente trabalho faz referência apenas a pergunta referida com a letra a:

- a) Qual é a sua opinião referente a projetos de leis para impedir que se fale de gênero e sexualidade nas escolas?

Para análise das respostas das alunas, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2009), que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATO

Baseado na roda de conversas, respostas do questionário e análise de conteúdo, ficou evidente a importância de se trabalhar questões de gênero e sexualidade nas escolas, porque é um ponto crucial para promover um futuro mais justo. E que projetos de leis que para impedir essas questões no currículo são pontos para promover a desigualdade, preconceito e uma sociedade onde a palavra pessoa é tratada com certa seletividade.

Em relação a votação de Projetos de Leis para impedir que se fale de questões de gênero nas escolas, todas as alunas se posicionaram contra, por compreenderem que a escola é um ambiente para criar meios de debates para promover a igualdade de gênero na sociedade. Isso pode ser percebido nos excertos das alunas: “Acho errado, isso é uma coisa que deve ser abordada com os alunos e é importante por diversos motivos” (A2), “Acho desnecessário esse tipo de movimento, é preciso sim que falem de questões de gênero com crianças e adolescentes” (A3), “Não concordo com esses projetos, porque assim eles estão querendo formar um futuro mais machista. Queremos um futuro com mais igualdade e menos confronto” (A6). “Na escola se encontra o futuro da nossa geração, então devemos fazer com que as crianças cresçam sem preconceitos e essas leis vão contra isso” (A7). “Eu acho errado, pois é muito importante as escolas trabalhar as questões de gênero”(A9). “ Eu sou contra esses projetos, pois eles contribuem para



as crianças crescer sem respeitar as outras e com um pensamento machista” (A12). e “Acho que eles querem é calar a boca do povo. O que é errado para eles, é errado para todos” (A13).

Esse ponto se faz necessário em virtude de que:

A abordagem de sexualidade, gênero e diversidade sexual na escola precisa contribuir para esse processo de humanização, sendo fundamental "romper ideias cristalizadas e construídas na sociedade, formando um ser humano consciente das relações sociais a que está submetido, principalmente considerando esse ser humano no período da adolescência (MAIA et al., 2012, p. 152).

Assim, a escola que adota ou assume essa visão de currículo continua sendo a reprodutora e produtora de instituições e desigualdades sociais, atualmente de forma mais velada. A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela determina o que cada um pode ou não pode fazer, ela separa e institui cada sujeito. Informa o 'lugar' dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através dos seus modelos, aponta aqueles/as que deverão ser copiados/as e permite também que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. “Sob novas formas, a escola continua imprimindo sua 'marca distintiva' sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes” (LOURO, 1997, p. 62). Conforme preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), o educador tem o papel de problematizador e orientador do debate para permitir que os adolescentes reflitam e tomem decisões sobre sua sexualidade, conforme seus valores e dentro de uma sociedade que aceita a diversidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados destaca-se a importância de se trabalhar questões de gênero no espaço escolar para promover a igualdade, inclusão e respeito. A escola é o lugar ideal para levantar e promover debates de temáticas que precisam de mais relevância para que a sociedade seja hoje e futuramente mais plural e igualitária. Leis com o intuito de proibir questões de gênero e sexualidade nas escolas são pontos de retrocesso que servem para reforçar a cultura do machismo, estupro, homofobia e o desrespeito. Guacira Louro (2007), chama a atenção para a forma com que os educadores encaram a discussão da sexualidade, pois muitos pensam que se deixar de tratar desses problemas a sexualidade ficará fora da escola. A escola não reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz. Os indivíduos aprendem desde muito cedo a reconhecer seus lugares sociais e aprendem isso através de estratégias muito difíceis de reconhecer. Para uma educação de qualidade é preciso se preocupar com a temática de gênero e diversidade sexual, pois seu caráter de inclusão escolar, respeito e valorização é de extrema importância. O tema possui um caráter polêmico e bastante complexo e a escola tem diversos meios de articular, interagir, e produzir materiais pedagógicos minuciosamente planejados que favoreçam cursos e eventos sobre sexualidade. Além de poder abordar o tema em diversas disciplinas para emergi-lo com base nas demandas e vivências dos alunos, a escola pode, também, se aliar com movimentos sociais, ONGs, universidades e outras escolas e abordar o tema dentro de seus objetivos pedagógicos (SEFFNER, 2009).



Projetos de leis e pessoas com visões tendenciosas que se posicionam contra as questões de Gênero e Sexualidade, que reproduzem a partir de discursos marcados por opiniões de senso comum carregadas de ódio e que reforçam a cultura machista, patriarcal, homofóbica, lesbofóbica, transfóbica e outros, são símbolos da ignorância e colaboram na construção de uma sociedade marcada por preconceito, intolerância e ódio, é local onde estupradores, assassinos e agressores encontram a liberdade para cometer crimes como alguns citados a seguir: estupro, abuso sexual infantil, agressão contra a mulher, feminicídio e assassinatos de pessoas LGBT.

5. REFERÊNCIAS

PARAÍSO, Marlucy. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, set./dez., p. 388- 415, 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

MAIA, A. C. B. et al. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000100017>>. Acesso em: 11 nov. 2018

LOURO, Guacira L. *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pósestruturalista*. (9^a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, R.D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009. p.125-139.